



Processo Nº 08000.009723/2015-71 - GEORGIOS MALIS
Processo Nº 08000.004554/2015-82 - OLEKSANDR KO-ZEROV
Processo Nº 08000.007967/2015-19 - AGNIESZKA RAKOWSKA
Processo Nº 08000.006195/2014-17 - GRAZIANO ZACCARIA
Processo Nº 08000.012578/2015-13 - GRAHAM JENKINS

Processo Nº 08000.033861/2015-71 - GERRIT JAN VAN ESSEN
Processo Nº 08270.037061/2014-68 - JORGE CARLOS LOPES BRAS SILVA PEREIRA
Considerando o pedido de cancelamento/arquivamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/01/2016, Seção 1, pág. 22, bem assim determino o ARQUIVAMENTO do pedido.

Processo Nº 08000.022351/2014-97 - AKSHAY MAINI INDEFIRO o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.
Processo Nº 08000.036080/2014-57 - VINCENT LINAO COMBIS
MULLER LUIZ BORGES

COMISSÃO DE ANISTIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016

O Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Portaria MJ nº 1.797, de 30 de outubro de 2007, art. 15, inc. VI, e em conformidade com o disposto no artigo 17, parágrafo único da Portaria nº 2.523, de 17 de dezembro de 2008, e artigo 26 § 4º da Lei 9.784/99, depois de esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA OS REQUERENTES ABAIXO RELACIONADOS, das decisões tomadas nos respectivos requerimentos administrativos de anistia.

Qtd.	Requerimento	Requerente	Data de Julgamento	Resultado	Motivo de Notificação por Edital
1	2002.01.10996	Maria das Neves Sousa	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
2	2003.21.34086	Argenil Mendes de Sa	10/03/2010	Deferimento	Endereço incerto
3	2004.01.46334	João Buonome	23/07/2015	Deferido Parcialmente	Endereço incerto
4	2005.01.52035	Izabel Ferreira da Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
5	2005.01.52050	Clóvis Manoel Pereira da Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
6	2006.01.53049	José da Silva Souza	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
7	2006.01.53075	Francisco da Silva Souza	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
8	2006.01.53094	Raimundo Nonato Felix	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
9	2006.01.55384	Francisco Soares da Silva	15/10/2015	Deferido	Endereço incerto
10	2007.01.56608	Raimundo Ribeiro da Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
11	2007.01.59024	Fausto Pereira da Costa	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
12	2007.01.59030	Juarez Pereira Santana	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
13	2007.01.59039	Domingos Pereira de Brito	15/10/2015	Indeferido	Endereço incerto
14	2008.01.61149	Ricardo Vieira da Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
15	2009.01.64998	Maria Silva Aguiar	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
16	2009.01.65005	Ana Lucia Bernardo de Moura	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
17	2009.01.65203	Raimundo Almeida	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
18	2009.01.65303	Maria do Carmo dos Santos da Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
19	2010.01.68147	Raimundo Pereira Monteiro	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
20	2010.01.68148	Raimunda Rodrigues da Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
21	2010.01.68190	Maria Balbina de Sousa Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
22	2010.01.68297	Maria Leonardo dos Santos Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
23	2011.01.70350	João Barros de Sousa	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
24	2012.01.71604	Maria da Silva Sousa	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
25	2013.01.72010	João Pereira Costa	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto
26	2013.01.72754	Francisca Alves da Silva	25/08/2015	Indeferido	Endereço incerto

Os notificados poderão, nos termos dispostos no art. 18 da Portaria nº 2.523, de 17/12/2008, apresentar recurso, desistência de recurso e/ou quaisquer outra manifestação que entenderem necessária perante esta Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital. As informações solicitadas deverão ser remetidas a esta Comissão, preferencialmente, por meio do Protocolo Eletrônico, disponível no sítio do Ministério da Justiça em:

http://www.justica.gov.br/Acesso/sistema-eletronico-de-informacoes-sei
Caso tenha alguma dúvida, consulte o Manual do protocolo Eletrônico em:
http://www.justica.gov.br/Acesso/anexos-ei/manual_protocolo_eletronico.pdf
Na impossibilidade de envio eletrônico, a resposta poderá ser enviada para o seguinte endereço:
Ministério da Justiça - Comissão de Anistia
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, anexo II, sala 208, Brasília - DF. CEP: 70.064-900

PAULO ABRAO

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 398, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre a Obrigatoriedade de Credenciamento de Enfermeiros Obstétricos e Obstetrizes por Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde e Hospitais que Constituem suas Redes e sobre a Obrigatoriedade de os Médicos Entregarem a Nota de Orientação à Gestante.

O Diretor-Presidente, ad referendum da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõe o teor da decisão de Suspensão de Execução de Sentença nº 000858-50.2016.4.03.0000/SP, nos autos do Processo nº 0017488-30.2010.4.03.6100, que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e os artigos 10 e 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, o inciso IV do artigo 4º e o inciso II do artigo 10, ambos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; e a alínea "a" do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, adota a seguinte Resolução Normativa, e determina a sua publicação.

Art. 1º O acompanhamento de trabalho de parto e o próprio parto poderão ser executados por qualquer profissional de saúde habilitado para a sua realização, conforme legislação específica sobre as profissões de saúde e regulamentação de seus respectivos conselhos profissionais, respeitados os critérios de credenciamento, referenciamento, reembolso ou qualquer outro tipo de relação entre a operadora de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços de saúde.

Parágrafo único. As Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde e os Hospitais que constituem suas redes, se, onde e quando viável, deverão contratar e possibilitar a atuação de enfermeiros obstétricos e obstetrizes no acompanhamento do trabalho de parto e do próprio parto, mantendo atualizada a relação de profissionais contratados para livre consulta das beneficiárias.

Art. 2º Os médicos deverão entregar às beneficiárias, em três consultas distintas, no curso do processo de acompanhamento da gestação, a Nota de Orientação à Gestante, prevista no Anexo desta RN.

Parágrafo único. A observância e fiscalização do procedimento de informação compulsória previsto no caput deverá ser realizada pelo Conselho Federal de Medicina, conforme decisão judicial proferida nos autos da Suspensão de Execução de Sentença nº 000858-50.2016.4.03.0000/SP, no Processo nº 0017488-30.2010.4.03.6100, que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Art. 3º Fica transformado em § 1º o atual parágrafo único do art. 1º da Resolução Normativa - RN nº 368, de 6 de janeiro de 2015, que dispõe sobre o direito de acesso à informação das beneficiárias aos percentuais de cirurgias cesáreas e de partos normais, por operadora, por estabelecimento de saúde e por médico e sobre a utilização do partograma, do cartão da gestante e da carta de informação à gestante no âmbito da saúde suplementar, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º"

§ 1º Para efeitos desta norma o termo percentual refere-se à proporção de partos normais e cirurgias cesáreas ocorridos no período de um ano, no âmbito da saúde suplementar, conforme fórmulas de cálculo descritas no Anexo I." (NR)

Art. 4º A Resolução Normativa - RN nº 368, de 6 de janeiro de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 1º

....."

§ 2º Esta Resolução atende à determinação judicial expedida nos autos da Ação Civil Pública nº 0017488-30.2010.4.03.6100, que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região."

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO

ANEXO

Nota de Orientação à Gestante

O sistema de Saúde Suplementar apresenta altos índices de cirurgias cesarianas desnecessárias. Esta nota atende decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O objetivo desta nota é esclarecer à gestante acerca dos riscos e benefícios da cesariana e do parto normal.

O parto normal é o método natural de nascer durante o qual a mãe produz substâncias capazes de proteger o recém-nascido e favorecer a amamentação^{1,2,3,4}, por isso é importante que a mulher entre em trabalho de parto. A sua recuperação é imediata, pois, após o nascimento a mãe poderá levantar-se e cuidar de seu filho. Contudo, algumas mulheres apresentam contraindicação para este tipo de parto devido a condições de saúde preexistentes ou por complicações durante o trabalho de parto havendo indicação para a realização da cirurgia. O parto normal pode também apresentar risco de lesão no períneo⁵.

A cesariana, quando indicada por razões clínicas, é uma cirurgia segura e com baixa frequência de complicações graves. No entanto, quando realizada sem uma razão médica que a justifique, apresenta riscos de complicações cirúrgicas, como infecções e hemorragia^{6,7,8} que podem resultar em morte materna. Quanto ao recém-nascido, podem ocorrer lesões no momento da retirada do bebê ou outras complicações após o nascimento como infecções e pneumonias, riscos de prematuridade e internação em UTI^{9,10,11}, nos casos em que a cirurgia é feita antes de 39 semanas de gestação, além de aumentar em 120 vezes a chance do bebê apresentar dificuldade respiratória quando a cirurgia é feita entre 37 e 38 semanas¹².

Persistindo dúvidas não hesite em voltar a discutir com seu médico sobre riscos e benefícios que afetam a sua segurança e a do bebê.

1.Salminen S. Influence of mode of delivery on gut microbiota composition in seven year old children. Gut. 2004 1 de setembro;53(9):1388-9.

2. Grönlund MM, Lehtonen OP, Eerola E, Kero P. Fecal microflora in healthy infants born by different methods of delivery: permanent changes in intestinal flora after cesarean deliver. J Pediatr Gastroenterol Nutr. 1999 janeiro; 28(1):19-25.